

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Ramofly Bicalho dos Santos

Doutor/ UFRRJ

ramofly@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho nossa intenção foi contribuir com as questões da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ressaltando a importância da memória na formação do educador e suas relações com as histórias de vida dos educandos/as como fatores políticos e pedagógicos que viabilizem o envolvimento crítico de novos sujeitos sociais em uma perspectiva emancipatória e histórica. Investigamos as dimensões educativas e o fazer pedagógico que educadores da EJA realizam através da organização coletiva na construção de projetos políticos pedagógicos emancipadores e sua relação com os sonhos e as utopias dos sujeitos envolvidos com os movimentos sociais do campo. Entendemos que o respeito aos saberes do campo perpassou toda a organização desse artigo, zelando pela flexibilidade e possibilidades de revisão das atividades propostas, em um projeto coerente com a realidade de vida desses sujeitos. Constatamos que a limitação do espaço físico e a falta de condições mínimas de infraestrutura coletiva na maior parte das escolas do campo no Rio de Janeiro, podem gerar laços de solidariedade, organização, participação e movimentos reivindicatórios para romper com tais dificuldades. Foi possível perceber ainda experiências iniciais na formação continuada do educador, valorizando os movimentos sociais, a pedagogia da alternância e a educação popular, denunciando o descompromisso histórico com a EJA em nosso país.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação do campo. Formação de educadores. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

In this work we aimed at contributing to the issues of youth and adult education (EJA), highlighting the importance of memory in teacher training and its relations to the students' life stories as political and pedagogical factors that facilitate the critical involvement of new social subjects in a historical and emancipatory perspective. We have investigated the educational aspects and pedagogical practice that EJA educators develop through collective organization in the construction of emancipatory pedagogical political projects and their relation with the dreams and utopias of those involved with rural social movements. We believe that respect for the knowledge from rural areas pervaded the whole organization

of this article, caring for the flexibility and possibilities of reviewing the proposed activities in a project consistent with these subjects' life reality. We have noted that the limitation of space and lack of minimum conditions of collective infrastructure in most of the rural schools in the state of Rio de Janeiro can generate bonds of solidarity, organization, participation and movements demanding to break away from such difficulties. It was still possible to see early experiences in the continuing teacher training, valuing the social movements, the alternation pedagogy and popular education, denouncing the historical disengagement with EJA in our country.

Keywords: *Social movements. Rural education. Teacher training. Youth and adults education.*

Introdução

Neste artigo o objeto delimitado é prioritariamente as relações estabelecidas entre os movimentos sociais do campo¹ e a formação do educador de jovens e adultos, suas histórias de vida, identidades, memórias, formação política e ideológica. Nossa preocupação é com a formação dos educandos na estreita articulação com a transformação social e o restabelecimento de atitudes que privilegiem a arte do diálogo e a conscientização na perspectiva freireana. As transformações defendidas podem modificar o comportamento dos sujeitos educadores, educandos e as lideranças dos movimentos sociais. O olhar para o chão e sem confiança é algo a ser superado. Valoriza-se a cabeça erguida, o ser sujeito da história, a indignação contra as injustiças sociais e a autoconfiança na capacidade intelectual das pessoas. As experiências educacionais e políticas de tais sujeitos são essenciais para compreender as ações coletivas, o sentimento de solidariedade e a organização que se reforçam no processo de ensino-aprendizagem. Salientamos que a produção do conhecimento pautada nas observações efetuadas não foi isenta de valores. A construção crítica e coerente do saber não é neutra. As histórias individuais e coletivas dos sujeitos permeiam todo o desenvolvimento deste texto, dentre elas: a Coordenação do Programa Escola Ativa² no Estado do Rio de Janeiro e a docência na Licenciatura em Educação do Campo³, ambas na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Importante reafirmar que este texto é parte da nossa reflexão acerca da relação entre os Movimentos Sociais, em especial o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Educação do Campo, na busca por direitos humanos, dignidade e respeito às diferenças sociais, culturais, religiosas, entre outras. Conhecer os princípios políticos e pedagógicos defendido pelas escolas do campo, atreladas aos seus projetos emancipadores de educação e suas bandeiras de lutas é sempre um horizonte a ser alcançado. Esse ambiente coletivo presente nos acampamentos e assentamentos do MST, nas marchas, congressos e reuniões organizadas pelos demais movimentos sociais, pode cumprir com um papel libertador e de emancipação humana, abrindo novos espaços de atuação, por onde ecoarão as vozes de todos aqueles que, em nome da ética, do respeito às diferenças e da igualdade,

¹ MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; Caiçaras; CPT – Comissão Pastoral da Terra; FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Indígenas; Movimento de mulheres camponesas; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Pescadores artesanais; Quilombolas; Ribeirinhos e Via Campesina.

² O Programa Escola Ativa, financiado pelo Ministério da Educação, voltou-se para atender as escolas do campo com turmas multisseriadas, tendo sua implementação, a partir da adesão de estados e municípios.

³ Nessa licenciatura em educação do campo formamos jovens e adultos dos projetos de assentamento da reforma agrária criados pelo INCRA/RJ, Quilombolas e Indígenas para atuação nas escolas do campo. Áreas de conhecimento: 1- Ciências Sociais e Humanidades 2- Agroecologia e Segurança Alimentar, com duração de 36 meses, integralizando 3.540 horas.

sempre foram silenciados. Investigaremos a dimensão educativa e, ao mesmo tempo, o fazer pedagógico presente na organização coletiva e na construção de projetos políticos pedagógicos emancipadores que viabilizem a formação de novos sujeitos sociais em uma perspectiva emancipatória, histórica e de resgate das relações que educadores e educandos guardam com o passado, as utopias e trajetórias recentemente vividas.

O objetivo principal desse artigo parte do pressuposto de que a educação do campo oferecida para jovens e adultos nos movimentos sociais, objetiva a transformação, tendo em vista a conquista de uma nova hegemonia. Nesse sentido, de que maneira a valorização das memórias, a construção das identidades e as histórias de vida desses sujeitos podem contribuir para fortalecer ações que são construídas na perspectiva da formação continuada? Em nossas inquietações constatamos a presença significativa de educadores/as de jovens e adultos no campo com formação inadequada para lidar com essa modalidade de ensino na educação básica, utilizando materiais didáticos e metodologias completamente distantes da realidade dos educandos.

Mesmo com a presença da EJA na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e na implementação do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que incorpora essa temática, ainda é possível constatar cursos aligeirados, formação de educadores e educandos preocupados apenas com a lógica do mercado, conteudistas e superficiais, currículos tradicionais e improvisados, péssimo acesso e permanência dos jovens e adultos nas escolas do campo, evasão escolar e espaço físico com inadequada infraestrutura para o bom funcionamento de tais escolas. Diante de tantos problemas, este artigo tem a intenção de contribuir como suporte nos encaminhamentos e debates acerca da formação do educador proposta pelos movimentos sociais do campo na sua relação com a educação popular e a pedagogia da alternância.

Metodologia

O percurso desse texto levou em consideração as pesquisas bibliográficas acerca dos projetos de EJA - Educação de Jovens e Adultos nos movimentos sociais do campo. A metodologia de trabalho se apoiou em uma perspectiva sociológica de investigação e explicação dos processos sociais, considerando a participação dos sujeitos do campo enquanto seres históricos e culturais. Importa por isso ressaltar que este não é um trabalho cujos parâmetros são dados pelas técnicas e procedimentos das ciências exatas. Seu cunho é eminentemente histórico e sociológico. Em decorrência de tal especificidade, este estudo teve como horizonte não a generalização

dos aspectos particulares das experiências realizadas, mas sim, o entendimento das relações sociais concretas que se imbricam e determinam a materialização das propostas políticas e pedagógicas em questão.

A construção do passado através da leitura de memórias pode ressignificar as experiências vividas através do relato oral e contribuir no processo de ensino-aprendizagem. A prática desempenhada pelos educadores do campo deve levar em consideração a valorização de tais memórias e histórias de vida que poderão enfraquecer os mecanismos de opressão, resistindo às injustiças sociais presentes em nossa sociedade. No processo de formação, constatamos que as experiências educativas são extremamente relevantes para os sujeitos do campo articulados com os seus movimentos sociais. Quando educadores e educandos da EJA pensam a si mesmos enquanto protagonistas de suas histórias, diferentes olhares e reflexões acerca da realidade são possíveis.

Na seleção da vasta bibliografia sobre educação do campo, utilizamos como critérios, revistas e jornais que demonstrassem a relevância da EJA nos movimentos sociais e a preocupação com a autonomia política e social dos sujeitos envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem. Buscamos dar destaque aos documentos oficiais dos movimentos sociais⁴, textos produzidos por educadores e educandos, projetos aprovados, além de dissertações, teses, livros e artigos em periódicos científicos. Nossa maior preocupação foi com a participação que os sujeitos coletivos (escolas, secretarias estaduais e municipais de educação, universidades, partidos políticos, agentes pastorais, movimentos sociais, etc.) desenvolvem na luta pela Educação de Jovens e Adultos do campo, suas bandeiras, limites e possibilidades de tal ação política.

Evidenciamos estratégias de formação onde, educadores e educandos, nos grupos de estudos, problematizavam a realidade, organizando as inúmeras possibilidades do pensamento autônomo e crítico. Criamos espaços de debates, apresentação de propostas e valorização da história oral na formação dos sujeitos da EJA nos movimentos sociais. Nesse sentido, não temos condições de separarmos a história da educação, do histórico

⁴ MST: **Boletim da Educação**: Educação no MST: balanço 20 anos. SP: 2004. MST: **Boletim da Educação**: Pedagogia do Movimento Sem Terra: Acompanhamento às escolas. SP, 2001. MST: **Caderno de Educação** n° 2 – Alfabetização. SP: 1998. MST: **Caderno de Educação** n° 3 Alfabetização de jovens e adultos: como organizar. SP: 1994. MST: **Caderno de Educação** n° 4 – Alfabetização de jovens e adultos: didática da linguagem. SP: 2000. MST: **Caderno de Educação** n° 5 – Alfabetização de jovens e adultos: educação matemática. SP: 2000. MST: **Caderno de Educação** n° 6 – Como fazer a escola que queremos: o planejamento. Porto Alegre: 1995. MST: **Caderno de Educação** n° 8 – Princípios da Educação no MST. São Paulo, 1999. MST: **Caderno de Educação** n° 9 - Como fazemos a Escola de Educação Fundamental. SP, 2000. MST: **Caderno de Educação** n° 11 – Educação de Jovens e Adultos: sempre é tempo de aprender. SP, 2003. MST: **Caderno de Educação** n° 13 - Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990 – 2001 (edição especial) SP: 2005. MST: **Caderno do educando** – Pra solettrar a liberdade n° 1: Nossos Valores. São Paulo, 2000. MST: **Caderno do educando** – Pra solettrar a liberdade n° 2: Somos Sem Terra. São Paulo, 2001. MST: **Caderno de formação** n° 18 O que queremos com as escolas dos assentamentos. SP: 1993.

da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e nela, a educação popular e a educação do campo. As dimensões políticas, econômicas, culturais e educacionais se entrelaçam e se determinam reciprocamente.

Resultados e discussão

Nossa maior preocupação é com o enorme descompromisso histórico que a EJA sofre, em nível nacional. Tal modalidade de ensino deve estar diretamente articulada com a produção crítica e coerente do conhecimento. O quanto pode ser relevante nos envolvermos com movimentos sociais do campo, pesquisas, educadores e educandos da EJA preocupados com o sublime ato de educar. A nossa intervenção orgânica é urgente. Devemos propor ações e reflexões que tenham por metas problematizar as dificuldades apresentadas na perspectiva da educação popular. É nossa responsabilidade, enquanto educadores, apontarmos para as possibilidades de transformações dessa situação de descaso com a EJA no campo, enfrentando os problemas históricos e seculares que atingem essa modalidade de ensino em nosso país, dentre eles, a elevada carga horária de trabalho pesado dos estudantes na roça, exigindo muita disposição, força física e dedicação.

Tal pesquisa considerou as recentes transformações societárias e educacionais, incentivando o debate em torno das orientações pedagógicas e éticas no processo de ensino-aprendizagem, na relação dialógica entre educadores, educandos e movimentos sociais, além da participação de intelectuais envolvidos com a educação popular. (ARROYO, 1995; 1999; 2004). Com base no entendimento de que a formação é requisito básico na sociedade atual e considerando as demandas das comunidades, escolas e dos sujeitos com ela envolvidos, priorizamos os vínculos entre a formação do educador de jovens e adultos, os movimentos sociais, o saber escolar / acadêmico, as histórias de vida, identidades e memórias. Acreditamos ser possível relacionarmos teoria e prática, propondo reflexões multidisciplinares acerca da formação cidadã e da responsabilidade social inerente a esta atividade.

A preocupação com a formação dos educadores que atuam na modalidade EJA nas escolas do campo foi constantemente enfatizada. (BETTO, 2001; BRANDÃO, 1985; FÁVERO, 2001; BICALHO, 2007; 2010). Nessa produção teórica nossa finalidade foi estimular o contato com leituras, textos e reflexões que contemplassem, além da formação dos educadores da EJA, o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural e ética das pessoas envolvidas com os movimentos sociais do campo.

Em nossa sociedade, no embate entre as diferentes classes, fica evidente o nível acentuado de exploração econômica, exclusão social e dominação política, ingredientes de um sistema que valoriza exageradamente o capital, em detrimento das questões sociais e de cidadania. Acreditamos que a formação

continuada do educador contribua para a criação de inúmeras propostas alternativas, dentre elas, encontros e trabalhos de campo com mais lucidez e coerência, atividades que envolvam os movimentos sociais, a pedagogia da alternância, as licenciaturas em educação do campo e a educação popular. Vale ressaltar ainda a crescente participação dos educadores/as e da sociedade civil (GRAMSCI, 1978) nos Fóruns de EJA, no ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos e CONFINTEA – Confederação Internacional de Educação de Adultos, entre outros espaços de conscientização e produção crítica do conhecimento. A formação continuada de educadores é uma questão a ser enfrentada, inclusive, por grupos sociais que não penetram nas decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência, histórias de vida, sonhos, utopias e projetos. Segundo (FREIRE, 1987, p. 30-31):

Essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. [...] Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos.

Em função das inúmeras pressões, negociações e resistências na EJA, as decisões adotadas nessa modalidade de ensino deve considerar as tensões permanentes nas relações entre governo federal, secretarias estaduais e municipais de educação, os projetos políticos pedagógicos conservadores, a conjuntura autoritária e excludente da escola, além do adequado financiamento para a realidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Pensar a EJA além dos muros da escola e das quatro paredes que comportam a tradicional sala de aula deve ser, enquanto educadores, uma das nossas principais preocupações (GADOTTI, 2001). A preocupação com tais questões é essencial na construção da consciência crítica e respeito à formação do educador e da educadora que atuam nos movimentos sociais.

Nosso ponto de vista acerca da formação continuada dos educadores e educandos dialoga com os pressupostos teórico-metodológicos da EJA presente nos currículos e nos projetos político-pedagógicos das escolas que contemplem o debate sobre a educação popular no Brasil (BEISIEGEL, 1996; FREIRE, 1982; GADOTTI, 2001). Nesse sentido, a organização e mobilização coletiva desses sujeitos contribuem na garantia da tão sonhada formação continuada, enfrentando as contradições sociais e fazendo reaparecer os conflitos acerca da produção e utilização do material didático, as tradicionais avaliações e os conteúdos curriculares distante da realidade dos estudantes jovens e adultos (ARROYO, 2004).

Importante salientar que a limitação do espaço físico e a falta de condições mínimas de infraestrutura coletiva na maior parte das escolas do

campo no Brasil, em especial, no Estado do Rio de Janeiro, objeto de tal estudo, podem gerar laços de solidariedade, organização, participação e movimentos reivindicatórios em busca de soluções para romper com tais dificuldades. Tal movimentação política, geralmente, atrai indivíduos e grupos externos, representados pela sociedade civil, que em um processo de organização, se estrutura, gerando novas conquistas demandadas por educadores, educandos, movimentos sociais e demais sujeitos articulados com a produção crítica e libertadora do conhecimento na perspectiva freireana. Prioriza-se a transformação do ensino dogmático e descontextualizado, valorizando a educação popular, a articulação das forças sociais e a implantação dos mecanismos de democracia. Diante de tais questões, acreditamos nas contribuições de Paulo Freire acerca do educador enquanto um sonhador político e, como tal, a luta por uma sociedade em que as diferenças entre opressores e oprimidos sejam superadas. Nessa conjuntura é fundamental que no processo de formação continuada, educadores e movimentos sociais tenham clareza política e coerência pedagógica para encaminhar projetos político-pedagógicos emancipadores.

Segundo Freire (1987, p. 30) “ninguém opta pela miséria e pela tristeza; ninguém é analfabeto por opção”. Na Educação de Jovens e Adultos é urgente a elaboração de metodologias que possibilite aos educandos atuarem como sujeitos históricos do processo. Segundo Graciani (1996, p. 687) “todos os envolvidos – alfabetizador/a e alfabetizando/a – exercitam sua cidadania ao refletir sobre sua prática social”. Nessa conjuntura, a formação do educador deve ser pensada em uma perspectiva transformadora, articulada aos projetos de sociedade que contemple a justiça e a igualdade na defesa dos seus direitos. Uma nova hegemonia pode superar as relações de exploração e desigualdades inerentes às relações sociais de produção capitalista. Essas práticas pedagógicas, baseadas no diálogo, na troca de conhecimentos e na reflexão crítica sobre a realidade, possibilita o engajamento dos educadores, educandos e movimentos sociais do campo na luta pelos seus direitos.

Conhecendo a Educação de Jovens e Adultos no MST

Desenvolver o amor pelo trabalho e, especialmente, pelo trabalho no meio rural; Entender o valor do trabalho como produtor de riquezas e saber sobre a diferença entre relações de exploração e relações igualitárias; Superar a discriminação entre o valor do trabalho manual e do trabalho intelectual, educando para ambos; Tornar mais educativo o trabalho que nossos estudantes já exercem nos acampamentos, nos assentamentos ou em outras instâncias de organização. [...] O trabalho como prática privilegiada capaz de provocar necessidades de aprendizagem; O trabalho

como construtor de relações sociais e, portanto, espaço também privilegiado de exercício da cooperação e da democracia; As relações sociais como lugar de desenvolvimento de novas relações entre as pessoas, de cultivo de valores, de construção de novos comportamentos pessoais e coletivos em comum.⁵

Interessante iniciar este tópico resgatando alguns objetivos pedagógicos do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a dimensão do trabalho, enquanto método pedagógico, entrelaçando estudo e trabalho e o vínculo orgânico entre processos educativos e políticos. Em tais princípios pedagógicos, a educação é compreendida como uma prática política que ora tende para a transformação ou conservação social. Nessa conjuntura, as escolas públicas onde o MST tem contribuído com sua participação, incentivam a organização e engajamento de educadores e educandos nos aspectos políticos, econômicos e sociais, participando das diversas lutas, dentre elas, a reforma agrária. As questões políticas abaixo, trabalhadas pelo movimento, quando ressignificadas, atravessam a pedagogia da escola:

Alimentar a indignação ética diante das situações de injustiça e de indignidade humana; Desenvolver atividades e estudar conteúdos intencionalmente voltados à formação político-ideológica dos/das estudantes; Estimular e participar junto de lutas sociais concretas dos trabalhadores de outras categorias, como forma de educar para a solidariedade de classe; Incentivar os/as estudantes para que se organizem e aprendam também a lutar pelos seus direitos; Desenvolver processos de crítica e autocritica coletiva e pessoal, visando avançar na coerência entre o discurso político e a prática política; Chegar a ser militante! Esta é a meta; porque nada mais efetivo no aprendizado político do que pertencer a uma organização.⁶

Tais questões, lemas e princípios defendidos pelo Movimento dialogam com a educação popular e as seguintes bandeiras de luta: “toda criança na escola... aprendendo”, “todos os jovens ao estudo” e “nenhum assentado que não saiba ler, escrever e fazer conta”. Um dos principais desafios do MST é elevar a consciência social e a formação política dos trabalhadores do campo. Quando educadores e educandos constroem coletiva e criticamente o conhecimento histórico, dão sentido a um passado comum vivido pelos oprimidos, em um esforço contínuo de ultrapassagem de tal opressão. Essa formação política e consciente pode contribuir para a reconstrução do passado, escavando memórias e acontecimentos, recuperando documentos, fontes primárias e produzindo histórias. Trabalha-se com a Identidade Sem Terra e as histórias de vida de homens e mulheres. Nesse sentido, que

⁵ Princípios da educação no MST – Caderno de educação nº 8.

⁶ Princípios da educação no MST – Caderno de educação nº 8.

sujeitos são esses na luta por reforma agrária e Educação de Jovens e Adultos do campo? É possível estabelecermos diálogos entre a escola formal e a educação popular? Segundo Gramsci (1968, p. 20)

A escola deve oferecer à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade.

Nesse debate é urgente rompermos com soluções arbitrárias, únicas e acabadas. A produção de verdades absolutas, como anulação dos espaços coletivos, democráticos e emancipadores nos diferentes contextos culturais e históricos, geram repressões, compromete a formação humana e desqualifica a escola de liberdade defendida por Gramsci. Para enfrentarmos, por exemplo, as dificuldades de implantação da educação do campo, enquanto modalidade da educação básica, faz-se necessário enaltecer os sujeitos, individuais e coletivos, do campo, preocupados com a reforma agrária no Brasil. Uma das estratégias de luta utilizadas pelos movimentos sociais é a distribuição democrática das tarefas. Segundo Bogo (2000, p. 31): “a transformação da sociedade se assemelha à construção de um prédio, não basta ter uma planta bem feita na mão, é preciso que lá nas minas haja operários extraindo cimento, outros transportando, outros cavando e transportando areia [...]”.

Os conteúdos programáticos das escolas do campo precisam incorporar o debate acerca dos seguintes valores: luta pela terra, trabalho coletivo, embelezamento dos lotes, valorização das culturas, bandeira dos movimentos, solidariedade entre os pares, agricultura familiar, combate aos agrotóxicos, incentivo aos estudos e à campanha “fechar escola é crime”. A solidariedade, por exemplo, fica estampada na cozinha comunitária e no trabalho coletivo desempenhado pelas famílias. Tais valores são frutos da convivência social, do respeito às identidades, memórias, histórias de vida, sonhos e gestos dos sujeitos envolvidos com o processo de formação crítica e questionadora.

A educação do campo na sua estreita relação com os movimentos sociais não nega a existência de expropriados, explorados e exploradores. As escolas do campo são fortalecidas no enfrentamento dessa dicotomia e na consciência dos direitos e deveres dos educadores, educandos e demais sujeitos, proporcionando reflexões que contribuam para apontar caminhos de uma realidade mais humana para as populações do campo. Sabemos das inúmeras dificuldades encontradas na construção desses projetos emancipadores de educação que atendam as especificidades

de jovens e adultos trabalhadores do campo. Percebemos no contexto do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, dificuldades com o acesso dos estudantes aos espaços de formação, além de material didático que não contempla a realidade de vida das pessoas. O acompanhamento das turmas, dos monitores/as e a orientação pedagógica podem ficar comprometidos com tais problemas. Como consequência dessas adversidades, as turmas, se interrompidas, não retomam o trabalho realizado anteriormente e os povos do campo novamente vivenciam tal quadro de frustração. O desejo e o direito à educação dessas pessoas não foram respeitados.

Em relação às escolas do campo, especialmente no Rio de Janeiro⁷, constatamos ainda os seguintes problemas: a péssima e inaceitável infraestrutura de trabalho em algumas escolas; formação inadequada de boa parte dos educadores; falta de transporte ou em péssimas condições para realização das atividades previstas nos programas; em sua grande maioria, as linhas de transporte urbano não realizam o trajeto até os assentamentos, acampamentos e demais áreas da agricultura familiar, tornando as visitas uma verdadeira aventura, em função das longas caminhadas e estradas intransitáveis. Secretarias municipais e estaduais de educação que desconhecem as exigências das leis e diretrizes⁸ acerca da educação do campo no Brasil, desqualificando as histórias de vida e a bagagem cultural dos educadores e educandos/as comprometidos com a educação popular.

Com tantos problemas, até onde vai o direito de ir e vir dos educadores e educandos que atuam no campo? Com pouca formação pedagógica, os educadores resolvem os problemas pedagógicos considerando suas experiências iniciais de estudantes, adotando táticas que desconsideram a potencialidade dos educandos/as. É de consenso na sociedade brasileira que a exclusão do direito à terra e da educação do campo contribuem para elevadas distorções sociais e aumento exagerado da violência. Enfrentar esse dilema é nossa responsabilidade, ressaltando as experiências exitosas que surgem da demonstração de compromisso político dos educadores,

⁷ Quero frisar que, como docente da UFRRJ nos anos de 2009, 2010 e 2011, fui Coordenador do Programa Escola Ativa / Ministério da Educação no Estado do Rio de Janeiro. Este Programa foi voltado para atender as escolas do campo com turmas multisseriadas. No referido estado, 62 municípios fizeram a sua adesão.

⁸ 1) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título I, Artigo 3º IV e Seção 1 – Da Educação, Artigo 206; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº. 9.394/96, Artigos, 28, 78, 79; 3) ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, organizado em 1997, pelos movimentos sociais do campo, em parceria com a UNB – Universidade de Brasília; 4) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, criado em 1998, junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; 5) Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Educação Básica - CNE / CEB - nº. 1, de 3 de abril de 2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo; 6) Programa Escola Ativa; 7) Projovem Campo Saberes da Terra; 8) Projovem Rural; 9) Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, nela, a educação do campo como modalidade de ensino; 10) Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e, por último, 11) PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, lançado no dia 20 de março de 2012.

educandos, simpatizantes e movimentos sociais do campo, nas suas lutas, aprendizagens e resistências.

Nas escolas do campo com efetiva participação do MST, as histórias de vida, os sonhos e as identidades das pessoas são respeitadas. Esses valores efetivamente fazem parte das propostas e práticas pedagógicas construídas pelo coletivo nacional de educação do Movimento. Quando os educandos escrevem suas histórias e demonstram coragem de retratá-las nos acampamentos, assentamentos e na luta pela terra, tais práticas são fortalecidas. Pronunciamentos, escritas e narrativas quando valorizadas no chão da escola dão origem a jornais, registros de ervas e sugestões de receitas para tratamento de doenças, gerando atividades pedagógicas que contribuam para o aperfeiçoamento dos códigos de leitura e escrita. Na busca de práticas emancipadoras, as marcas dos sujeitos, assentados e acampados, estarão em evidência. Segundo (FREIRE, 1982, p. 29): “O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador”.

Nessa conjuntura, que práticas de leituras e escritas circulam nos assentamentos? Que usos e funções elas possuem? Quais as relações políticas, sociais e pedagógicas que tornam possíveis as aprendizagens no MST, a despeito das negações e adversidades historicamente acumuladas? Percebemos que, em sua grande maioria, as atividades desenvolvidas pelos educandos enfrentam a problemática da luta pela terra, fortalecendo práticas de leitura e escrita na estreita relação entre formação política e histórias de vida. Tais redes de produção do conhecimento são construídas em instâncias diferenciadas, valorizando ambientes educativos que extrapolam os espaços tradicionais da sala de aula. É possível, com os valores da educação do campo e popular, enfrentarmos o conservadorismo da escola regular e tradicional, respeitando as diversas formas de linguagens e interpretações. Nesse contexto, a EJA no âmbito do MST, interage com a produção histórica do conhecimento nos diferentes espaços, tempos e metodologias. A escola é mais um espaço de produção do conhecimento dentre tantos outros. Segundo Caldart (2008, p. 241):

O MST enxerga na escola [...] a construção histórica do valor do estudo na conformação dos sem-terra – e estudo aqui compreendido mesmo em sua ênfase (não exclusividade) na produção do conhecimento. Conhecer a realidade de forma cada vez mais ampla, profunda e em perspectiva histórica é um desafio fundamental para participação crítica e criativa de cada sem-terra na consolidação do projeto histórico do Movimento. A escola não é o único lugar onde se estuda, mas há

uma associação simbólica, cultural, muito forte entre escola e estudo.

Valorizarmos os saberes de educadores e educandos é a nossa prioridade. Tais conhecimentos integram espaços de convívio social, produzindo regras, hábitos e costumes no interior das famílias, bairros, clubes, igrejas, escolas e associações que enaltecem os valores humanos. Nessas interações são tecidas produções culturais que colaboram com a criticidade do conhecimento, enfrentando as exposições baseadas apenas em conteúdos, lições e exercícios de fixação. Conhecer implica ir além do histórico tradicionalismo. Implica movimentos recíprocos entre o sujeito que ensina e aprende, em uma relação ética e de respeito com os outros. Em depoimento gravado para o MST, Paulo Freire afirma:

Eu nunca me esqueço de uma frase linda de um educador, alfabetizador, um camponês sem-terra, de um assentamento enorme do Rio Grande do Sul aonde eu fui: “Um dia pela força de nosso trabalho e de nossa luta, cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele. Mas quando nele chegamos, descobrimos que existem outros arames farpados, como o arame da nossa ignorância, e então ali eu percebi, melhor ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocentes diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto mais sabido, no sentido de conhecer, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo” (CALDART, 2008, p. 172).

A educação do campo e nela, a Educação de Jovens e Adultos, deve articular os vários níveis de existência da vida social e a multiplicidade de representações do real, suas pluralidades e, sobretudo, o resgate das linguagens que compõem o “fazer” cotidiano da história viva. As experiências institucionais de EJA nas escolas do MST defendem os seguintes princípios educativos: educação para transformação social; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana e educação com / para valores humanistas e socialistas. Obviamente, existem controvérsias, dificuldades e impasses em relação à praticidade das propostas educativas elaboradas pelo MST em nível nacional, sobretudo porque, a educação do campo, em uma perspectiva crítica e consciente, em sua grande maioria, não é tratada como prioridade política e governamental. Acreditamos no enfrentamento histórico à escola tradicional realizado pelo MST, sensibilizando educadores e educandos no trabalho com o novo. Evita-se o conformismo, as estratégias de repetições e repasses descontextualizados. Nessa conjuntura, os sujeitos do campo estarão (e estaremos todos nós) contribuindo para transformar educandos em agentes, cidadãos ativos e sujeitos da história. Serão protagonistas da emancipação libertadora e não meros participantes.

Conclusão

Percebemos que as experiências de EJA nas escolas do campo podem contribuir para formação política, gestação de embriões de democratização e socialização do poder, superando desafios, afirmando identidades de classe e seres humanos preocupados com o trabalho coletivo. Nosso objetivo principal foi conhecer a Educação de Jovens e Adultos, os movimentos sociais e a educação do campo, permitindo aos educadores e educandos, a valorização de suas culturas, histórias de vida, memórias e análise crítica dos seus saberes. Os trabalhos escritos e orais, seminários, pesquisas, projetos, auto-avaliação e outras formas de verificação na Licenciatura em Educação do Campo oferecida pela UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, contribuíram decisivamente para a realização desse texto. O respeito pelos saberes do campo orientou toda a organização desse artigo, zelando pela flexibilidade e possibilidades de revisão das atividades propostas em um projeto coerente com a realidade de vida das pessoas. Este estudo teve como horizonte não a generalização de aspectos particulares, mas as relações sociais concretas que determinam a materialização das propostas políticas e pedagógicas em questão.

Além dos princípios pedagógicos discutidos nesse texto, o coletivo nacional do MST tem como preocupação os seguintes aspectos filosóficos: Educação para a transformação social. Educação para o trabalho e a cooperação. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. Educação com/para valores humanistas e socialistas e Educação como um processo permanente de formação/transformação humana (MST, 1999). Tais princípios têm orientado a educação do campo no MST. Por outro lado, é extremamente necessário considerar os contextos históricos dos diversos movimentos sociais do campo no Brasil, suas realidades e diferentes objetivos. Obviamente, que as escolas do campo não serão homogêneas para pescadores, ribeirinhos, caiçaras, atingidos por barragens, pequenos agricultores, FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura, CPT – Comissão Pastoral da Terra, acampamentos, assentamentos, aldeias indígenas, territórios quilombolas, entre outros movimentos sociais do campo. Viva a diversidade social, cultural, histórica, religiosa, étnica, de geração e gênero nesse país.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação e Exclusão da Cidadania. In: **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1995.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 2.

ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M.S A de (orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 5.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e Educação Popular**. SP: Livraria Pioneira Editora, 1974.

BICALHO, R. dos S. **Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense**. 2. ed. Campinas: Editora Komedi, 2007.

_____. Formação de educadores do campo. In: MORAES, Marco Antonio de & OLIVEIRA, Olívia Chaves de. **Tecnologias, Linguagens e Educação: buscando diálogos, partilhando experiências**. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2011.

BOGO, A. MST – **Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio!** 4º Congresso Nacional, 2000.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. SP: Brasiliense, 1985.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. SP: Expressão Popular, 2008.

FÁVERO, O. (org.) **A Educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**. 2a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**. SP: Cortez, 1982.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. RJ: Civilização Brasileira, 1978.

PAIVA, V. **Educação Popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

Recebido em: 03/06/2013

Aprovado em: 17/09/2013